

Paz no Iraque?*

Henrique Rattner

FEA/USP

Barack Obama, presidente eleito mas ainda não empossado dos Estados Unidos, parece ter marcado o primeiro tento de suas promessas feitas durante a campanha política pré eleitoral. Contrariamente ao seu opositor, o senador John Mc Cain que se posicionou a favor da presença de tropas americanas no Iraque – “se for preciso, 100 anos” – até a “vitória”, Obama prometeu a retirada das forças americanas no prazo de 18 meses, a partir de sua posse..

O conflito foi iniciado em 2003, com a invasão do Iraque, seguida pela captura e execução de Saddam Hussein, acusado de ser detento de armas de destruição de massa – químicas, biológicas e nucleares. Essa acusação foi posteriormente invalidada pela confissão do próprio presidente Bush que teria tomado sua decisão com base em informações “erradas” da CIA. (Causa espanto a leviandade e irresponsabilidade do primeiro mandatário da maior potência mundial, passando por cima da assessoria de seu gabinete, do Congresso e do Conselho de Segurança das Nações Unidas). A invasão teve consequências trágicas para a população civil iraquiana – estimativas variam de 90.000 a 150.000 mortos e incontáveis feridos e para as tropas norte americanas que perderam milhares de homens.

A estratégia de Bush de se lançar numa guerra total contra o “terrorismo” fracassou, não somente pela invasão desastrosa do Afeganistão e do Iraque, mas pela clara derrota de seu objetivo principal de “democratizar” os países árabes por meios violentos. Entre outros efeitos adversos, a invasão americana do Iraque ajudou à Al Qaeda no recrutamento de milhares de “jihadistas” no mundo islâmico.

Enquanto Mc Cain e Obama expuseram suas opiniões radicalmente opostas sobre o futuro da ocupação militar do país, os iraquianos decidiram tomar a iniciativa para decidir sua própria sorte, particularmente quanto à data de saída das tropas norte americanas.

O documento elaborado pelo governo e ainda em discussão, estipula que as tropas americanas devem retirar se de suas bases até meados de 2009 e deixar o país completamente, no fim do mesmo ano.

O documento deixa claro que o Iraque não será uma base militar permanente, mesmo na fase de transição e não permitirá o uso de seu território para ataques a países vizinhos. O acordo que deve ser aprovado ainda pelo parlamento e, possivelmente, por um referendo popular, pode ser considerado como uma vitória do governo iraquiano, seguindo em suas linhas a proposta traçada no relatório Baker, de 2006, na época prontamente rejeitada por Bush. Para os partidários de Bush, a retirada não pode ser considerada uma vitória – simplesmente, não existe outra alternativa. A retirada não garante a democratização do Iraque que corre o risco de resvalar para uma fase caos ou escolher um novo ditador ou, ainda, cair sob o controle da teocracia iraniana.

O Iraque permanecerá violento e fraccionado e suas instituições políticas continuarão debilitadas por muito tempo, abrindo espaço para a luta pela hegemonia entre sunitas, xiitas e curdos.

* Este texto foi elaborado em 3 de dezembro de 2008. Foi mantida a redação original.

Contextualizando historicamente o conflito, em 1980 Saddam Hussein lançou se numa guerra contra o Irã que durou oito anos e ceifou a vida de um milhão e meio de soldados. Durante o conflito, Saddam fez uso de armas químicas, fornecidas pelas potências ocidentais. Dois anos depois de terminar o conflito com o Irã por imposição de um cessar fogo pelas Nações Unidas, o ímpeto bélico de Saddam Hussein o levou a invadir o Kuwait, país também rico em petróleo. Na reação militar, os Estados Unidos expulsaram as tropas do Iraque e avançaram até as portas de Bagdá. Mas, em vez de derrubar o ditador, o presidente Bush (pai) preferiu o manter no poder, como barreira à expansão do Irã dos aiatolás.

Em 2003, alegando a ameaça terrorista equipada com armas de destruição em massa e uma suposta conexão, nunca comprovada, de Saddam Hussein com a Al Qaeda de Osama bin Laden, os Estados Unidos e a Grã Bretanha, passando por cima de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, invadiram outra vez o Iraque, destroçando o exército iraquiano e danificando seriamente a infraestrutura do país.

A falta de um planejamento estratégico e a total ignorância da cultura, da estrutura social e das tradições islâmicas, levou os americanos a dismantelar as forças armadas iraquianas, entregando o país ao caos, enquanto centenas de milhares de ex-soldados se juntaram às fileiras dos “insurgentes”.

O país passou por um longo período de caos e de destruição, agravado pelo conflito entre os seguidores das três principais etnias – xiitas, sunitas e curdos, enquanto as forças de ocupação continuavam a arrasar a infraestrutura, destruindo os sistemas de energia, transporte, água, comunicações, escolas e hospitais, em sua campanha de repressão aos “terroristas”. Além de mortos e feridos nos ataques aéreos, é impossível compilar o número de centenas de milhares de refugiados forçados a abandonar seus lares.

Em 2008, o número de soldados norte americanos mortos passou de 4200 e o número de feridos, mutilados e psicologicamente abalados alcançou dezenas de milhares. A campanha militar custou ao Tesouro norte americano mais de um trilhão de US dólares, parte dos quais, ironicamente, foram parar nas grandes empreiteiras sob forma de polpudos contratos de “reconstrução” da terra arrasada.

O Iraque nunca constituiu uma nação unificada por uma identidade étnica, cultural, religiosa ou política e continua dividido, entre os sunitas, uma minoria que deteve o poder no tempo de Saddam Hussein; e os curdos e os xiitas que constituem a maioria da população. Essa divisão dificulta os trabalhos do parlamento presidido pelo curdo Jalal Talabani, enquanto o governo é dirigido pelo xiita Nuri al Maliki.

Os sunitas perderam sua supremacia que detinham nos órgãos do governo, nas forças armadas, no aparelho de segurança do estado e na administração pública e receiam a perda de uma parte das receitas de petróleo, cujos maiores campos de exploração se situam em território dos curdos.

Os xiitas, historicamente perseguidos e massacrados pelos sunitas, resistem a um acordo tripartite que concede direitos iguais a outros grupos étnicos. Eles mantêm uma milícia fortemente armada sob o comando de um clérigo radical, Muqtadar al Sadr que já manifestou seu desacordo com o plano de retirada das tropas americanas até 2011, exigindo sua retirada imediata do país. Muqtadar al Sadr promete lutar no parlamento onde comanda uma bancada de 34 deputados, pela retirada imediata dos 150.000 soldados norte americanos e britânicos, convocando a população das maiores cidades, Bagdá e Basra, a realizar protestos nas ruas com a palavra de ordem “não ao acordo”.

O governo do xiita, Nuri al Maliki, defende a adoção do acordo com o apoio de 149 votos contra 35, no parlamento. Mas, o texto do acordo só terá valor quando for aprovado por um referendo popular a ser realizado em julho de 2009, condição imposta pelos parlamentares sunitas para garantir o endosso pelo voto popular.

Negociado durante o último ano (2008), o acordo estabelece, além da retirada das tropas estrangeiras até o fim de julho de 2011, restrições a sua atuação, proibindo a realização de prisões sem mandato judicial e submetendo às leis locais, em casos de crimes cometidos fora dos serviços e das bases militares americanas.

Durante as discussões do acordo nos últimos meses de 2008, as negociações foram ameaçadas várias vezes de rompimento.

O documento de 18 páginas composto por 30 artigos estabelece uma série de condições para permitir a permanência das tropas americanas em solo iraquiano, a partir de janeiro de 2009. Fixa a data de 30/12/2011 como limite para a saída definitiva do contingente militar que hoje abrange 150.000 soldados e obriga as tropas a retirar-se das cidades e vilarejos até 30/6/2009, transferindo a responsabilidade pela manutenção da ordem e de segurança para as forças iraquianas. Operações de busca e detenção em residências só poderão ser realizadas mediante autorização expressa do governo iraquiano. As forças armadas americanas ficam proibidas de utilizar territórios iraquianos para atacar países vizinhos como foi o recente ataque em território sírio, motivado por uma suspeita construção de uma usina nuclear.

Embora não perfeito, nas palavras de Nuri al Maliki, o acordo marca um “começo sólido” para a reconquista da soberania iraquiana, no prazo de dois anos. O acordo político foi alcançado após longas e duras negociações, com concessões à minoria sunita, relegada a uma posição inferior após a queda de Saddam Hussein. Seu destino dependerá do referendo a ser realizado em julho próximo e, no caso de uma rejeição popular, se abrirá um novo período de negociações, com duração indeterminada. O aiatolá xiita, Ali al Sistani, autoridade religiosa máxima no Iraque, tem assinalado sua aprovação tácita ao acordo, ficando a oposição sob o comando de Muqtadar al Sadr que exige a retirada imediata.

Embora a situação de segurança interna tenha melhorado, Bagdá ainda é considerada a cidade mais violenta do mundo. No último dia 1/12, houve um atentado com carro – bomba, explodido no centro da capital e que deixou 15 mortos e 45 feridos. Também, em Mossul no norte do país acerca de 400 km da capital, um carro bomba matou 15 pessoas e deixou 30 feridos, no mesmo dia. As autoridades atribuem esses ataques a grupos que se opõem às eleições previstas para o ano que vem e suspeitam que tenham como objetivo principal o reinício dos conflitos entre os xiitas e os antigos seguidores de Saddam Hussein.

Entre outros lugares perigosos, além dos já mencionados, encontra-se Nínive onde predomina uma ampla minoria de 500.000 cristãos, divididos entre várias seitas, algumas das quais falam ainda o aramaico, a linguagem bíblica da época de Cristo. Outra minoria, no norte do país, é constituída pelos Yazidis, acusados de adorarem o diabo. Ademais, existem dezenas de milhares de Shabaks que se consideram descendentes dos persas, seguindo vários tipos de religião, inclusive o Islam. Finalmente, há um grupo de Turkmenos, sobreviventes da época em que toda a região foi dominada pelos turcos otomanos, até 1918.

Na expectativa das próximas eleições, surgem tensões crescentes entre essas minorias, preocupados com seu futuro, enquanto o primeiro ministro, Ali al Maliki, procura arregimentar o apoio de políticos, militares e chefes tribais, para ampliar a base de seu partido no parlamento. Mais de 400 partidos registraram se e seus representantes serão eleitos com base em listas proporcionais, numa eleição com 14.000 candidatos e 36 coalizões diferentes.

A principal mudança esperada é uma representação sunita muito mais ampla, para recuperar parte das posições detidas no regime de Saddam Hussein.

Contudo, há divergências entre os políticos e líderes tribais que tomaram parte na luta contra Al Qaeda. Mesmo entre os xiitas, a luta pela hegemonia é acirrada, emergindo Nuri al Maliki como “homem forte”, após comandar o enfrentamento do exército iraquiano com as tropas ligadas a Muqtadar al Sadr, nas áreas de Bagdá e Basra. As forças armadas iraquianas e a polícia têm melhorado seu desempenho, contando atualmente com um contingente de aproximadamente 500.000 homens, afora os 100.000 “filhos do Iraque”, uma milícia formada pelos conselhos tribais sunitas.

Apesar de ataques horrorosos em algumas partes do país, os casos de mortes violentos têm diminuído, segundo estimativas, de 20.000 a 500 por mês, nos últimos dois anos. Também, as perdas americanas em homens diminuíram de 118 em maio de 2007 para 14 em novembro passado, elevando o número total de vítimas fatais a 4200 soldados, os quais, somados aos feridos, mutilados e psicologicamente perturbados permanecerão como um legado da malfadada aventura do presidente mais irresponsável e incompetente da história americana.

A administração de George W. Bush não parece feliz com o acordo que não prevê uma data de revisão para a retirada e nem cláusulas que estipulem condições para a permanência de contingentes americanos, para treinar as tropas iraquianas. Segundo uma alta patente militar norte americana, somente a retirada do material e de equipamentos bélicos dificilmente poderá ser efetuada antes de 2-3 anos, em condições de segurança.

Permanece, também, o problema complexo da retirada de alguns milhares de “mercenários”, veteranos de guerras civis na África e que gozam de um “status” especial no Iraque. Além de um soldo bem mais elevado, eles estão forra da jurisdição militar norte americana e atuam como forças de “segurança” de políticos, militares, executivos e jornalistas, tendo cometido inúmeras atrocidades contra a população civil, tais como assassinatos, assaltos e estupros, tudo impunemente.

O acordo facilitará a posição de Obama, enquanto persistam dúvidas quanto a sua aprovação no Congresso. Mas, a promessa feita durante a campanha eleitoral de efetuar a retirada durante os próximos dezesseis meses dificilmente será exequível e cumprida. Entretanto, quando os americanos terão deixado os iraquianos – curdos, xiitas e sunitas – a tarefa de reconstrução de seu país e, assim, de definir seu destino estará em suas próprias mãos.